

## **Avaliação da Inovação Pública no Programa Renova-DF: inclusão produtiva, revitalização urbana e valor público**

**Evaluation of Public Innovation in the Renova-DF Program: Productive Inclusion, Urban Revitalization, and Public Value**

**Evaluación de la Innovación Pública en el Programa Renova-DF: inclusión productiva, revitalización urbana y valor público**

**Bruno Marques<sup>1</sup>**

**Luís Filipe F. M. de Campos<sup>2</sup>**

**Sérgio Veloso de Brito<sup>3</sup>**

**Lana Montezano**

**Grupo temático 12 - Avaliação de Políticas Públicas**

### **RESUMO**

O Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho – Renova-DF, instituído pelo Decreto nº 41.037/2020, é uma iniciativa do Governo do Distrito Federal voltada à qualificação profissional, geração de oportunidade de renda e revitalização de espaços urbanos em regiões de vulnerabilidade socioeconômica. Este relato técnico analisa o contexto institucional, o diagnóstico do problema e os resultados observáveis do programa, articulando evidências documentais (decretos, relatórios e informações obtidas via Lei de Acesso à Informação), indicadores socioeconômicos e literatura contemporânea de inovação no setor público. Os resultados são organizados em quatro dimensões: (i) social, com foco na inclusão produtiva e empregabilidade; (ii) urbanística e de infraestrutura, associada à recuperação de equipamentos públicos; (iii) financeira, relacionada aos investimentos e custos do programa; e (iv) reconhecimento, refletido em premiações e visibilidade institucional. Conclui-se que o Renova-DF apresenta evidências de inovação pública aplicada, com potencial de replicabilidade condicionado ao fortalecimento de governança, monitoramento e avaliação orientados a resultados.

Palavras-chave: Qualificação profissional; Renova-DF; Inovação no setor público; Valor público; Distrito Federal.

### **ABSTRACT**

The Professional Qualification and Work Front Program – Renova-DF, established by Decree No. 41,037/2020, is an initiative of the Government of the Federal District aimed at professional qualification, income generation, and revitalization of urban spaces in socioeconomically vulnerable regions. This technical report analyzes the institutional context, the diagnosis of the problem, and the observable results of the program, articulating documentary evidence (decrees, reports, and information obtained through the Access to Information Law), socioeconomic indicators, and contemporary literature on innovation in the public sector. The results are organized into four dimensions: (i) social, focusing on productive inclusion and employability; (ii) urban and infrastructure, associated with the recovery of public facilities; (iii) financial, related to the investments and costs of the program; and (iv) recognition, reflected in awards and institutional visibility. It concludes that Renova-DF presents evidence of applied public innovation, with replicability potential contingent upon the strengthening of governance, monitoring, and results-oriented evaluation.

Keywords: Professional qualification; Renova-DF; Innovation in the public sector; Public value; Federal District.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

## RESSUMEM

El Programa de Cualificación Profesional y Frente de Trabajo – Renova-DF, establecido mediante el Decreto n.º 41.037/2020, es una iniciativa del Gobierno del Distrito Federal orientada a la cualificación profesional, la generación de ingresos y la revitalización de espacios urbanos en regiones socioeconómicamente vulnerables. Este informe técnico analiza el contexto institucional, el diagnóstico del problema y los resultados observables del programa, articulando evidencia documental (decretos, informes e información obtenida a través de la Ley de Acceso a la Información), indicadores socioeconómicos y literatura contemporánea sobre innovación en el sector público. Los resultados se organizan en cuatro dimensiones: (i) social, centrada en la inclusión productiva y la empleabilidad; (ii) urbana y de infraestructura, asociada a la recuperación de equipamientos públicos; (iii) financiera, relacionada con las inversiones y los costos del programa; y (iv) reconocimiento, reflejado en premios y visibilidad institucional. Se concluye que Renova-DF presenta evidencia de innovación pública aplicada, con potencial de replicabilidad condicionado al fortalecimiento de la gobernanza, el monitoreo y la evaluación orientada a resultados.

Palabras clave: Calificación profesional; Renova-DF; Innovación en el sector público; Valor público; Distrito Federal.

## 1. Introdução:

A inovação no setor público consolida-se como resposta a problemas complexos que combinam restrições fiscais, desigualdades sociais e demandas crescentes por serviços de melhor qualidade. Diferentemente da lógica privada, em que a inovação costuma estar associada à competição e ao lucro, no setor público a inovação ganha impulso para responder a exigências de transparência, qualidade, eficiência/eficácia e fortalecimento da legitimidade estatal, associando-se à criação de valor público (Cavalcante et al., 2017), em especial quando reorganiza capacidades estatais para entregar resultados percebidos pela população.

Nesse sentido, inovar não significa apenas “criar algo novo”, mas reorganizar capacidades, rotinas e instrumentos para melhorar entregas públicas, fortalecer legitimidade e gerar valor público — isto é, benefícios percebidos coletivamente, com responsabilização e orientação a resultados. Torna-se relevante compreender não apenas os objetivos da inovação, mas também as condições que viabilizam sua implementação: componentes do ecossistema, variáveis ambientais e capacidades organizacionais e individuais requeridas de gestores e formuladores de políticas (Isidro, 2018).

Na literatura internacional, uma contribuição útil para evitar o uso genérico do termo “inovação” é a tipologia proposta por Chen, Walker e Sawhney, que organiza a inovação em serviços públicos em categorias e ajuda a distinguir mudanças em serviços, processos, governança/organização e outros arranjos de entrega, reforçando que a inovação pode ocorrer tanto no “que” o governo entrega quanto no “como” entrega (Chen et al., 2020). Essa distinção é relevante para analisar programas que combinam componentes sociais, operacionais e territoriais.

No Distrito Federal, o problema público analisado neste relato combina duas dimensões interdependentes: (i) dificuldades persistentes de inserção produtiva em um contexto de desemprego e vulnerabilidade territorial; e (ii) deterioração de espaços e equipamentos públicos urbanos, com impactos sobre a qualidade de vida e sobre a capacidade estatal de manter infraestrutura e serviços. Uma experiência recente sugere que respostas isoladas tendem a produzir efeitos limitados; por isso, políticas com desenho integrado ganham relevância.

A literatura de revisão também alerta que a inovação pública é altamente dependente do contexto e das capacidades organizacionais: os resultados observáveis, variações conforme institucional, organizacional, recursos, incentivos e monitoramento, o que exige cautela ao interpretar “sucesso” apenas por visibilidade ou entregas pontuais (De Vries, 2016; Cinar et al., 2024). Em termos práticos, isso reforça a necessidade de descrever com clareza o arranjo de implementação e, especialmente, os limites de mensuração e avaliação.

É nesse cenário que se insere o Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho – Renova-DF, uma intervenção que combina qualificação profissional com atividades práticas vinculadas à conservação e revitalização de espaços públicos. O programa é direcionado prioritariamente aos públicos em vulnerabilidade socioeconômica e produz entregas simultâneas (sociais e urbanas), o que o torna um caso relevante para discutir inovação aplicada e valor público.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

Assim, este relato técnico tem como objetivo analisar o contexto institucional e os resultados observáveis da implementação da Renova-DF como política pública de enfrentamento ao desemprego no Distrito Federal, considerando quatro dimensões: social, urbanística/de infraestrutura, financeira e de reconhecimento institucional, com base em evidências documentais, dados secundários e informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI).

## 2. Método do Diagnóstico

Trata-se de estudo descritivo, com abordagem qualitativa, estruturado como estudo de caso do Programa Renova-DF no âmbito do Governo do Distrito Federal, tendo como unidade de análise a política pública em sua concepção normativa, arranjos de implementação e evidências documentais de resultados.

As evidências foram coletadas por meio de dados secundários e pesquisa documental, abrangendo: (i) atos normativos que instituem e regulamentam o programa (decretos e instrumentos correlatos); (ii) relatórios, painéis e demais registros oficiais de execução e prestação de contas; (iii) respostas e registros obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI); e (iv) indicadores socioeconômicos utilizados exclusivamente para contextualização do problema público (por exemplo, desemprego e vulnerabilidade social), sem finalidade de atribuição causal.

O procedimento analítico compreende: (a) protocolo de remoção (Apêndice A) para padronizar fonte, dados, variável e evidência; (b) leitura sistemática e categorização temática, registrando a fonte primária de cada achado; (c) organização dos achados por dimensões analíticas (condições/arranjo/capacidades/resultados); e (d) síntese descritiva, evitando inferência causal, avaliação de impacto e generalização estatística.

Essa opção metodológica é consistente com a literatura de inovação no setor público, que ressalta a diversidade de definições, tipos e mecanismos e recomenda cautela ao afirmar relações causais sem delineamentos protegidos e dados longitudinais (De Vries, 2016; Cinar et al., 2024).

Quanto às limitações, os resultados dependem da disponibilidade, consistência e atualidade dos registros administrativos e documentais. Não há acompanhamento longitudinal padronizado dos egressos (empregabilidade e trajetória ocupacional) e há lacunas em séries anuais de algumas variáveis (por exemplo, inscritos por ano), o que restringe análises temporais e comparações sistemáticas entre ciclos.

## 3. Diagnóstico do Problema

Problemas públicos emergem quando grupos sociais percebem omissão ou inadequação da ação estatal diante de necessidades e direitos, ganhando força à medida que diferentes públicos reconhecem sua relevância e os espaços de debate se conectam, trocando informações e construindo sentidos compartilhados (Lança, 2000; Cefai, 2017). No caso do Distrito Federal, o diagnóstico do problema que fundamenta o Renova-DF articula duas frentes interdependentes: (i) vulnerabilidade socioeconômica associada a dificuldades de inserção produtiva; e (ii) deterioração de espaços e equipamentos públicos, com efeitos diretos sobre a qualidade de vida urbana e sobre a capacidade do Estado de entregar serviços e infraestrutura de forma tempestiva.

No plano socioeconômico, a vulnerabilidade social pode ser compreendida como condição que fragiliza o exercício pleno da cidadania e amplia barreiras à mobilidade social, sobretudo quando indivíduos e famílias estão expostos a riscos e restrições cumulativas (Carmo & Guizardi, 2018). Para mensurar essas desigualdades no território, o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) calcula o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) com base na PDAD, estruturado por dimensões e indicadores que permitem comparar o DF e suas Regiões Administrativas (RAs). No recorte 2018–2021, o DF manteve-se na faixa de média vulnerabilidade, com IVS-DF de 0,33 em 2021, ainda que com variações relevantes entre RAs. No mesmo período, destacam-se RAs em faixas de alta e muito alta vulnerabilidade, com registros como Recanto das Emas (0,48) e Planaltina (0,48), e casos de muito alta vulnerabilidade como Paranoá (0,53), São Sebastião (0,54), Fercal (0,60), Sol Nascente/Pôr do Sol (0,71) e SCIA/Estrutural (0,75) em 2021, evidenciando desigualdades territoriais persistentes.

O relatório do IVS-DF também evidencia que a dimensão renda e trabalho apresenta alta disparidade entre RAs, apontando que dinâmicas do mercado de trabalho e a permanência de faixas de baixa renda contribuem para manter territórios em maior vulnerabilidade e para reforçar padrões de exclusão produtiva. Em termos de política pública, esse quadro indica que ações de qualificação e inclusão produtiva tendem a ser mais efetivas quando territorializadas, focalizando públicos e regiões com maiores restrições de acesso a renda e oportunidades.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

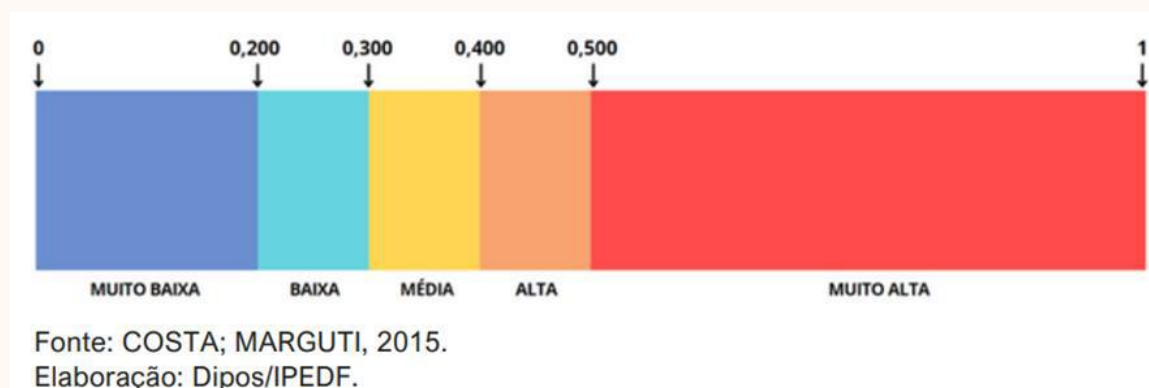
## RELATO TÉCNICO

No aspecto urbano, observa-se um problema relacionado à conservação e manutenção de espaços e equipamentos públicos, frequentemente percebido pela população por meio de sinais de degradação (parquinhos danificados, passarelas sujas, quadras com buracos ou baixa iluminação). A morosidade estatal nessa agenda é associada a limitações administrativas, orçamentárias e de coordenação, com efeitos sobre a vida cotidiana e a fruição do espaço urbano (Rolnik, 1997). Essa deterioração afeta fluxos urbanos, sociabilidade e qualidade de vida, configurando um problema coletivo que demanda resposta pública coordenada (Indovina, 2002).

Além da dimensão física, a degradação urbana expressa uma disfunção de capacidade estatal quando a administração opera sob lógica corretiva, reagindo ao dano já instalado, em vez de estruturar rotinas de manutenção preventiva e planejamento de reposição de insumos. Esse padrão pode ser intensificado por gargalos de compras públicas: mesmo itens de baixo custo relativo podem ficar represados por trâmites e ciclos de aquisição incompatíveis com a urgência operacional, ampliando indisponibilidade, acelerando a degradação e elevando custos totais de recuperação. Assim, a manutenção urbana não é apenas uma questão operacional, mas também um problema de governança e gestão de suprimentos, com impactos diretos sobre a continuidade dos serviços e a entrega de valor público ao cidadão (Vieira & Lima, 2023).

Em síntese, o diagnóstico indica que o Renova-DF se insere em um contexto de vulnerabilidade territorial e restrições de inserção produtiva, atravessado por demandas urbanas de manutenção e revitalização de equipamentos públicos. Essas condições pressionam a gestão pública a adotar soluções integradas e orientadas a resultados, articulando qualificação, inclusão produtiva e melhorias urbanas em territórios de maior vulnerabilidade.

Figura 1 – Escala de vulnerabilidade social (referência de classificação)



## 4. Descrição da Intervenção/Experiência

Esta seção descreve o desenho e a lógica de implementação do Renova-DF, organizando os principais elementos normativos, institucionais e operacionais que sustentam sua execução: base legal, governança/arranjo institucional, fluxo de trabalho, recursos e regras de acesso/participação.

### 4.1 Base normativa e institucionalização do programa

O Renova-DF é uma iniciativa do Governo do Distrito Federal, um programa voltado e estruturado à qualificação social e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou desemprego, combinando a formação com atividades práticas de conservação e revitalização de espaços públicos, sob gestão da SEDET.

Sua instituição e atualizações ocorreram por meio de atos normativos do GDF, com destaque para o decreto de criação, Decreto nº 41.037/2020, e para normas posteriores que ajustam parâmetros de funcionamento e gestão do programa (incluindo alterações mais recentes relacionadas no documento, como o Decreto nº 45.861/2024).

No plano organizacional, a melhoria está vinculada à estrutura responsável por trabalho, renda e desenvolvimento econômico no âmbito do GDF. Mudanças administrativas ao longo do período (incluindo reorganizações e fusões de secretarias) influenciam a governança do programa, pois definem competências formais, fluxos internos e pontos focais de coordenação.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

Síntese funcional da institucionalização: o Renova-DF é desenhado para operar como instrumento de inclusão produtiva com entrega territorial imediata, combinando (i) formação/certificação e (ii) execução supervisionada de disciplinas urbanas.

#### 4.2 Arranjo institucional e lógica de implementação (governança operacional)

A lógica de implementação do Renova-DF integra duas frentes que se reforçam mutuamente:

I. Formação com método prático (“mão na massa”): conteúdos formativos básicos são conectados às tarefas executadas no território, de modo que a aprendizagem ocorre associada a entregas concretas.

II. Intervenção urbana supervisionada: os participantes atuam em atividades de conservação e revitalização sob orientação técnica, com planejamento mínimo de escopo, materiais e prazos. Do ponto de vista de governança, o arranjo exige cooperação entre:

- a. gestão do programa (planejamento e monitoramento);
- b. estrutura pedagógica (organização do percurso formativo e certificação);
- c. supervisão técnica e logística (insumos, EPIs, ferramentas, execução e segurança);
- d. interface territorial (priorização de demandas e seleção de locais de intervenção).

Essa arquitetura institucional é central para compreender o caráter integrado do programa: a qualidade do resultado urbano depende de insumos e supervisão; a efetividade social depende de permanência, certificação e conexão com políticas de trabalho.

#### 4.3 Fluxo operacional (do território de entrega)

I. A execução em uma localidade (Região Administrativa ou conjunto de espaços) pode ser descrita em cinco etapas, com foco em padronização e claramente:

II. Mapeamento e priorização de demandas territoriais: Identificação de necessidades de conservação e revitalização (ex.: praças, quadras, parquinhos e outros equipamentos), com definição do que será atendido no ciclo.

III. Vistoria técnica e planejamento da intervenção: Avaliação das condições físicas, delimitação do escopo, previsão de materiais/insumos, definição de responsáveis técnicos e cronograma.

IV. Planejamento pedagógico aderente à intervenção: Organização do conteúdo formativo de modo conectado às atividades previstas, garantindo coerência entre o que se ensina e o que se executa.

V. Execução supervisionada (formação + entrega): Realização das atividades práticas e formativas sob orientação técnica, com entregas progressivas de revitalização e consolidação de competências.

VI. Conclusão, certificação e encaminhamentos: Certificação dos participantes e encaminhamentos para políticas de trabalho (por exemplo, registros, mediação e oportunidades), conforme rotinas administrativas aplicáveis.

#### 4.4 Recursos, financiamento e itens de apoio

O Renova-DF opera predominantemente com recursos públicos do GDF, podendo contar com fontes complementares (como emendas parlamentares) e parcerias institucionais de apoio. A materialidade da execução combina custos pedagógicos e operacionais, incluindo:

- I. insumos e materiais para intervenção (ex.: alvenaria, pintura, serralheria);
- II. ferramentas, aquisição de equipamentos e logística;
- III. EPIs e itens de segurança;
- IV. envio técnico/supervisão;
- V. estrutura de apoio à formação.

Além disso, o desenho prevê mecanismos de incentivo à permanência do participante por meio de bolsa/auxílio pecuniário e itens como auxílio-transporte, seguro, uniformes e EPIs, com parâmetros definidos em atos administrativos e normativos vigentes ao ciclo.

#### 4.5 Público-alvo, acesso, priorização e jornada formativa

O público-alvo inclui cidadãos maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e/ou desemprego, prioritariamente residentes no Distrito Federal. As inscrições ocorrem por meio eletrônico, com possibilidade de suporte presencial para mitigar barreiras de inclusão digital, conforme a estrutura de atendimento disponível.

Em cada ciclo, parte das vagas pode ser direcionada a públicos prioritários encaminhados por instituições parceiras (por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, egressos do sistema prisional e mulheres em situação de violência), com seleção orientada por critérios administrativos de vulnerabilidade e regras do edital/ciclo.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

A jornada formativa combina: conteúdos técnicos básicos relacionados às atividades de manutenção e conservação; e conteúdos de desenvolvimento social e preparação para o mundo do trabalho (cidadania, ética, inclusão digital, direitos e orientação profissional), com requisitos de frequência/aproveitamento e certificação ao final do percurso, conforme o desenho institucional do programa.

## 5. Resultados

Com base nas evidências documentais (atos normativos, relatórios, painéis oficiais e respostas obtidas via LAI) e em indicadores secundários utilizados para contextualização, os resultados observáveis do Renova-DF foram organizados em quatro dimensões: (i) resultados sociais; (ii) resultados urbanísticos e de infraestrutura; (iii) resultados financeiros (esforço financeiro e parâmetros de custo); e (iv) reconhecimento e institucionalização. Essa organização busca descrever entregas, alcances e limitações do programa com rastreabilidade às fontes analisadas, evitando inferência causal ou afirmações típicas de avaliação de impacto.

### 5.1 Resultados sociais

Com base em informação institucional obtida via LAI, o programa registrou 173.015 inscrições e qualificou aproximadamente 31 mil participantes no período analisado. A participação feminina foi predominante (61%). Há registros de inclusão de públicos em maior vulnerabilidade (por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes e egressos do sistema prisional), embora a consolidação dessas categorias e séries históricas dependa de registros administrativos padronizados.

A partir de 2024, foi incorporada uma etapa complementar de “vivência profissional”, direcionada ao contingente selecionado por desempenho, com aprofundamento prático e apoio financeiro, conforme registros institucionais específicos.

Empregabilidade (ponto crítico). O estágio central do programa — inserção no mercado de trabalho — não possui, até o momento, indicador oficial consolidado. Em resposta via LAI, a SEDET informou não dispor de número oficial de empregabilidade, o que impede ações robustas sobre efeitos de longo prazo e reforça a necessidade de monitoramento longitudinal.

“Atualmente não dispomos de informações oficiais sobre o número exato de pessoas capacitadas que foram empregadas”.

Há, contudo, evidências acadêmicas complementares: Amaral (2024) reporta, em seu estudo, estimativa de que 32% dos participantes acessaram o mercado de trabalho após o curso e 62% declararam-se muito satisfeitos. Esses achados são úteis, mas devem ser apresentados com cautela e não como indicador administrativo oficial.

Revisões sistemáticas apontam que “resultados” de inovação pública frequentemente são comunicados com métricas incompletas, e recomendam que os governos institucionalizem indicadores e rotinas de avaliação para sustentar o aprendizado e a responsabilização (DE VRIES; BEKKERS; TUMMERS, 2016). No caso do Renova-DF, a ausência de dado oficial de empregabilidade é o principal gargalo para demonstrar efetividade no longo prazo.

### 5.2 Resultados urbanísticos e de infraestrutura

A participação de bolsistas na execução de melhorias em equipamentos públicos pode produzir dois efeitos: (i) entregas urbanas imediatas (revitalização/conservação) e (ii) potencial fortalecimento de pertencimento e responsabilização comunitária sobre o espaço público, na medida em que a intervenção ocorra com participação direta de moradores/beneficiários.

Segundo a SEDET, via LAI, foram recuperados 2.539 (dois mil, quinhentos e trinta e nove) equipamentos públicos em 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Apresentamos aqui alguns exemplos do antes e depois da intervenção:

Figura 2 – Exemplo de equipamento público revitalizado no âmbito do programa

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

## RESULTADOS

## VISUAL



Fonte: registros fotográficos institucionais (conforme documentos analisados); elaboração própria (2025).

### 5.3 Resultados financeiros

Com base em respostas via LAI e informações contratuais disponíveis em portais institucionais, foram sistematizados valores associados ao esforço financeiro do Renova-DF, distinguindo: (i) componentes vinculados aos participantes (bolsas/apoios e custos médios estimados); e (ii) despesas/contratações de materiais, ferramentas e serviços necessários às intervenções.

No entanto, os dados disponíveis não permitem, nesta etapa, uma análise de custo-benefício no sentido estrito (isto é, quantificação de benefícios e comparação com um cenário contrafactual). Assim, os quadros apresentados devem ser tratados como estimativas descritivas de investimento e execução, úteis para transparência e gestão, mas insuficientes para afirmar retorno social líquido sem metodologia adicional.

A projeção de custo total médio por beneficiário perfaz R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme os quadros 1 e 2 (soma dos investimentos em aluno e material dividido pela quantidade de alunos formados). Desse montante, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) destinam-se à transferência de renda pelos 3 meses de qualificação, na qual os estudantes recebem o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensal que corresponde a quase um terço do valor total. Os demais custos referem-se à qualificação profissional e à execução das intervenções, incluindo despesas com locação de equipamentos e maquinário e aquisição de insumos (por exemplo, materiais de alvenaria, pintura e serralheria), necessários à melhoria dos pontos de intervenção. Para embasar a presente conclusão apresentamos os seguintes valores de despesas:

Quadro 1 – Investimentos estimados do programa por ano (valores nominais em R\$)

| ANO   | INVESTIMENTO ALUNO – R\$ MM<br>(custo médio) | INVESTIMENTO MATERIAL – R\$ MM<br>(contratos de serviços, ferramentas e materiais) |
|-------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| 2022  | 85                                           | 15,6                                                                               |
| 2023  | 102                                          | 15,6                                                                               |
| 2024  | 47                                           | 15,6                                                                               |
| 2025  | 72                                           | 20                                                                                 |
| Total | 306                                          | 66,8                                                                               |

Fonte: Elaboração própria (2025) com base nos registros oficiais do programa (relatórios/portal site SEDET) e respostas via LAI.

Ademais, apresenta-se a evolução anual do Programa Renova-DF, com destaque para os dados referentes ao número de inscritos, participantes capacitados e à quantidade de equipamentos públicos revitalizados em cada exercício.

Quadro 2 – Síntese de execução: inscritos, capacitados e pontos revitalizados (quando disponível)

| ANO | INSCRITOS <sup>1</sup><br>(quantidade) | CAPACITADOS<br>(quantidade) | PONTOS REVITALIZADOS<br>(quantidade) |
|-----|----------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|
|-----|----------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

|       |         |      |       |
|-------|---------|------|-------|
| 2022  | ≈34.603 | 15,6 | 840   |
| 2023  | ≈34.603 | 15,6 | 1.134 |
| 2024  | ≈34.603 | 15,6 | 227   |
| 2025  | ≈34.603 | 20   | 798   |
| Total | 173.015 | 66,8 | 2.539 |

Fonte: Elaboração própria (2025) com base nos registros oficiais do programa (relatórios/portal site SEDET) e respostas via LAI.

<sup>1</sup> A Secretaria não forneceu o quantitativo de inscritos anual, somente o total de 2022 a 2025. Assim, foi feito a média simples por ano.

#### 5.4 Reconhecimento e institucionalização

No plano institucional, o programa recebeu reconhecimento por meio de premiação no âmbito do Consórcio Brasil Central, na categoria Desenvolvimento Econômico, o que sugere visibilidade e validação por pares governamentais. Recomenda-se registrar a referência institucional do prêmio (edital/ata/notícia oficial) e contextualizar seu significado como indicador de difusão de boas práticas, sem inferir, automaticamente, replicação.

No material analisado, não foram identificadas evidências documentais de replicação formal do Renova-DF por outras unidades federativas no período observado, o que mantém a discussão de replicabilidade no campo do potencial (condicionado a governança, capacidade operacional e monitoramento), e não como resultado comprovado.

#### 5.5 Discussão Crítica: ganhos, limites e riscos

A experiência do Renova-DF evidencia ganhos associados à integração entre qualificação e intervenção urbana, reduzindo a distância entre teoria e prática e ampliando entregas visíveis no território. Contudo, a ausência de métricas oficiais de empregabilidade e trajetória dos egressos é a principal restrição para afirmar resultados sustentáveis de inclusão produtiva no longo prazo.

Do ponto de vista de gestão pública, três riscos se destacam: (i) sensibilidade a ciclos político-orçamentários; (ii) complexidade de coordenação interorganizacional; e (iii) insuficiência de capacidades analíticas e instrumentos de avaliação para aprendizado contínuo. Esses pontos orientam recomendações de aprimoramento de governança, integração de bases administrativas e institucionalização de indicadores auditáveis.

### 6. Recomendações e Orientações Práticas

Os resultados deste relato técnico revelaram que a Renova-DF combina características de inovação em serviços públicos — especialmente inovação de processo, governança e serviço, conforme tipologia internacional (Chen et al., 2020) — com entregas urbanas tangíveis e efeitos sociais potenciais. Ao mesmo tempo, evidenciaram lacunas de mensuração que comprometeram a avaliação da efetividade de longo prazo.

Com base no diagnóstico e nos resultados observáveis, apresentam-se recomendações para o fortalecimento do Renova-DF e para sua adaptação a contextos similares estruturados em cinco eixos: monitoramento e avaliação; governança por dados; eficiência operacional; qualidade social da política; e condições para replicação.

#### 6.1 Monitoramento e avaliação orientados a resultados (prioridade imediata)

A principal fragilidade identificada é a ausência de indicadores oficiais de empregabilidade e de acompanhamento longitudinal de egressos. Essa lacuna impede a mensuração de resultados sociais e contraria as recomendações internacionais de avaliação em políticas inovadoras (De Vries, 2016; Cinar et al., 2024). Recomenda-se, portanto:

I. Instituir protocolo de acompanhamento de egressos com marcos temporários (3, 6 e 12 meses), contendo informações padronizadas sobre empregabilidade, ocupação informal, empreendedorismo, renda, permanência e trajetória;

II. Integrar bases administrativas (SINE, CNIS, CadÚnico e sistemas internos), respeitando os requisitos legais, para automatizar parte da verificação de resultados;

III. Criar indicador oficial de empregabilidade do programa, incluindo definição metodológica, periodicidade de atualização e limites de interpretação; e

IV. Publicar relatórios de monitoramento com série temporal, estatísticas descritivas e notas metodológicas, reforçando a prestação de contas e a aprendizagem institucional.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

## 6.2 Governança por dados e transparência ativa

Uma característica central dos programas inovadores é a capacidade de transformar rotinas administrativas em informação útil para tomada de decisão. A revisão internacional (Cinar et al., 2024) reforça a importância de sistemas de informação integrados para sustentar a inovação. Recomenda-se:

### I. Implantar painel público de desempenho:

- a. inscrições por ciclo;
- b. concluintes e taxas de certificação;
- c. perfil sociodemográfico dos participantes;
- d. locais e tipos de intervenção urbana;
- e. equipamentos revitalizados;
- f. valores concluídos por categoria (pessoal, insumos, logística, contratos);
- g. satisfação dos participantes.

### II. Documentar metodologia, periodicidade de atualização e limitações dos dados.

### III. Incorporar mecanismos de validação e auditorias internas, garantindo consistência e comparabilidade entre ciclos.

## 6.3 Eficiência operacional, contratações e manutenção preventiva (aprimoramento do ciclo operacional)

Grande parte do valor público da Renova-DF decorre da revitalização de equipamentos urbanos. Entretanto, gargalos de aquisição, reposição de insumos e planejamento operacional podem comprometer prazos e qualidade das entregas. Aqui o foco é em tempestividade e racionalidade dos insumos. Assim, recomenda-se:

### I. Planejar contratações com cronograma alinhado ao ciclo formativo, evitando descontinuidade de materiais e equipamentos.

### II. Estruturar rotina mínima de manutenção preventiva de insumos e ferramentas utilizadas, perdas e atrasos reduzidos.

### III. Mapear custos de intervenções equivalentes realizadas por contratação tradicional como estratégia de benchmark, gerando parâmetros comparativos de custo.

### IV. Registrar escopos de obras antes e depois das intervenções com grau mínimo de padronização (RA, tipo de equipamento, extensão, estado inicial, materiais utilizados).

## 6.4 Qualidade social, permanência e transição para oportunidades produtivas

Considerando que o público prioritário inclui pessoas em situação de vulnerabilidade, a capacidade de garantir a permanência e a promoção de inserção produtiva é componente essencial para a efetividade visando o fortalecimento da função social do programa. Recomenda-se:

### I. aperfeiçoar a triagem e o ranqueamento com critérios transparentes e auditáveis;

### II. fortalecer a ponte entre certificação e colocação (encaminhamento estruturado via SINE e parcerias), registrando resultados por coorte;

### III. acompanhar indicadores de desenvolvimento do participante (competências técnicas e socioemocionais) ao longo do curso, com instrumentos simples e padronizados;

### IV. qualificar a etapa de “vivência profissional” como componente avaliável, com critérios públicos de seleção, resultados esperados e registro de desfechos.

## 6.5 Condições para replicação e adaptação em outros contextos

A literatura internacional indica que programas inovadores são replicáveis quando são claramente documentados, operacionalmente factíveis e contextualmente adaptáveis, evitando a transposição mecânica de modelos (Demircioglu & Audretsch, 2017), recomenda-se:

### I. Realizar diagnóstico territorial prévio (vulnerabilidade, estoque de equipamentos, demanda reprimida de manutenção e perfil do desemprego);

### II. Clareza do desenho de governança intersetorial, com definição explícita de papéis, responsabilidades, fluxos de decisão e mecanismos de coordenação;

### III. Alinhar cronograma pedagógico com logística de insumos e disciplinas;

### IV. Estabelecer indicadores mínimos de entrada, processo, produto e resultado, com documentação da metodologia; e

### V. Produzir documentação replicável, incluindo: manual operacional, matriz de responsabilidades, modelo de termo de referência e protocolo de monitoram, permitindo que a experiência seja transferida com fidelidade ao desenho.

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

#### 6.6 Agenda de pesquisa aplicada (desdobramentos acadêmicos e de gestão)

Como desdobramento, recomenda-se uma linha de pesquisa longitudinal sobre a trajetória dos egressos (empregabilidade, estabilidade ocupacional e progressão salarial), articulando evidências administrativas e instrumentos amostrais. Essa agenda é especialmente relevante para aferir sustentabilidade dos resultados e orientar decisões sobre continuidade, ampliação ou reformulação do programa.

Nota interpretativa (opcional, enxuta): pode-se interpretar o Renova-DF como política pública que mobiliza investimento estatal para qualificação e geração de oportunidades, o que dialoga com leituras keynesianas sobre o papel do Estado na estabilização econômica por meio do investimento público e da promoção do emprego, conforme discutido por Silva e Bezerra (2019). Caso essa chave interpretativa seja mantida, recomenda-se que permaneça como enquadramento sintético e não como fundamento principal das recomendações.

### 7. Considerações Finais

Este relato técnico analisou o contexto institucional, o diagnóstico do problema e os resultados observáveis do programa Renova-DF, articulando evidências documentais, dados secundários e informações obtidas via LAI. As evidências sugerem que o programa se configura como iniciativa pública integrada, combinando qualificação profissional e intervenções urbanas para responder simultaneamente a desafios de inclusão produtiva e manutenção de equipamentos públicos.

A experiência apresenta elementos consistentes com inovações em serviços públicos — especialmente na interface entre formação prática, intervenção territorial e coordenação intersetorial — e diálogo com discussões internacionais sobre condições institucionais e organizacionais para inovação (de Vries et al, 2016; Chen et al., 2020; Cinar et al., 2024).

Ao mesmo tempo, limitações importantes foram identificadas, em especial: ausência de indicador oficial consolidado de empregabilidade e falta de acompanhamento longitudinal. Essas fragilidades não anulam resultados observáveis do programa, mas reduzem sua capacidade de demonstração, de forma auditável, a efetividade e a sustentabilidade de seus efeitos. Também limitam comparações entre ciclos e dificultam avaliações de custo-eficácia.

Do ponto de vista prático, este relatório oferece recomendações orientadas aos gestores e formuladores de políticas, especialmente no campo do monitoramento, da avaliação e da governança por dados — áreas críticas para consolidar a inovação pública e garantir a continuidade de resultados.

No plano acadêmico, o estudo contribui ao oferecer um caso aplicado de inovação em políticas de trabalho, renda e revitalização urbana, destacando a importância de capacidades institucionais, rotinas de coordenação e sistemas de informação robustos.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se aprofundar análises longitudinais sobre empregabilidade e trajetória ocupacional, avaliações comparativas de custo e estudos entre territórios que exploram condições de replicabilidade e fatores críticos para contribuições de programas integrados semelhantes.

### 8. Referências

Amaral, W. M. do. (2024). Avaliação de políticas públicas como geradora de valor público: o caso do Programa Renova DF (Dissertação de mestrado profissional). Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília.

Carmo, M. E. do, & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), 1–14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>

Cavalcante, P. L., Camões, M. R. de S., Cunha, B. Q., & Severo, W. da R. (Orgs.). (2017). Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Ipea; Enap.

Cefaí, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas. *Novos Estudos CEBRAP*, 36(1), 187–214. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>

Chen, J., Walker, R. M., & Sawhney, M. (2020). Public service innovation: A typology. *Public Management Review*, 22(11), 1674–1695. <https://doi.org/10.1080/14719037.2019.1645874>

Cinar, E., Simms, C., Trott, P., & Demircioglu, M. A. (2024). Public sector innovation in context: A comparative study of innovation types. *Public Management Review*, 26(1), 265–292. <https://doi.org/10.1080/14719037.2022.2080860>

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).

## RELATO TÉCNICO

- de Vries, H., Bekkers, V., & Tummers, L. (2016). Innovation in the public sector: A systematic review and future research agenda. *Public Administration*, 94(1), 146–166. <https://doi.org/10.1111/padm.12209>
- Demircioglu, M. A., & Audretsch, D. B. (2017). Conditions for innovation in public sector organizations. *Research Policy*, 46(9), 1681–1691. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.08.004>
- Distrito Federal. (2012). Lei Distrital n. 4.990, de 12 de dezembro de 2012. Regula o acesso a informações no Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*.
- Distrito Federal. (2020). Decreto nº 41.037, de 14 de julho de 2020. Institui o Programa Renova-DF. *Diário Oficial do Distrito Federal*.
- Distrito Federal. (2024). Decreto nº 45.861, de 1º de fevereiro de 2024. Altera o Programa Renova-DF. *Diário Oficial do Distrito Federal*.
- Indovina, F. (2002). O espaço público: tópicos sobre a sua mudança. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (5), 119–123.
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal [IPEDF]. (2024a). Boletim PED-DF: Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal – dezembro de 2024. <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Boletim-PED-DF-dezembro-2024.pdf>
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal [IPEDF]. (2024b). Sumário Executivo: Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) 2018–2021. <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Sumario-Executivo-Evolucao-do-Indice-de-Vulnerabilidade-DF-2018-2021.pdf>
- Isidro, A. (2018). Gestão pública inovadora: um guia para a inovação no setor público. CRV.
- Lança, I. B. (2000). A construção dos problemas públicos: elementos para uma análise do caso Timor (Trabalho acadêmico). ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/650>
- Rolnik, R. (1997). A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Studio Nobel; FAPESP.
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda [SEDET]. (2025). Novas inscrições para o Renova-DF. <https://sedet.df.gov.br/novas-inscricoes-para-o-Renova-DF/>
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [SENAI/DF]. (2024). Participantes do segundo ciclo de 2024 do Renova-DF recebem certificado. Painel da Indústria do DF.
- Silva, M. F., & Bezerra, J. A. C. (2019). O papel do Estado no pensamento de Keynes: uma análise sobre a socialização dos investimentos. *Revista Brasileira de Economia Política e História Econômica*, 15(30), 5–25.
- Vieira, R. C., & Lima, W. S. de. (2023). Planejamento de manutenção de máquinas de obras: desafios da ação preventiva para as compras públicas. *Revista FT*, 27(129). <https://doi.org/10.5281/zenodo.10265774>

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).



## APÊNDICE A –

### Protocolo de coleta/extração de dados (instrumento)

Campos mínimos sugeridos para registro e rastreabilidade das evidências utilizadas no diagnóstico e na descrição dos resultados:

| Campo               | Descrição                                                             | Exemplo/Observação                                            |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| Fonte               | Origem do dado (normativo, relatório, portal, LAI, indicador)         | Decreto nº 41.037/2020; Portal Renova-DF; Resposta LAI nº ... |
| Data de Referência  | Data do documento ou período ao qual o dado se refere                 | 2022; 2023; 2018–2021                                         |
| Indicador/Variável  | O que está sendo medido/observado                                     | Inscritos; capacitados; pontos revitalizados; investimento    |
| Unidade             | Unidade de medida                                                     | Pessoas; pontos; R\$                                          |
| Evidência           | Trecho, tabela, link institucional ou cópia do registro               | URL oficial; página do relatório; print datado                |
| Categoria Analítica | Ecossistema; fatores ambientais; capacidades/competências; resultados | Resultados – social                                           |
| Observações         | Notas metodológicas e limitações                                      | Dado anual indisponível; estimativa; aproximação              |

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).



## APÊNDICE B –

Fotos da execução do programa nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal:

<sup>1</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>2</sup> - Servidor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, Auditor Fiscal de Trânsito. . Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>3</sup> - Servidor da Secretaria de Economia do Distrito Federal - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestrando no IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>4</sup> - Professora do PPGAP e EGEN/IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Mestre e Doutoranda em Administração (UNB).



## RELATO TÉCNICO

